
EMPREGO, PRODUÇÃO E RENDA NO SETOR INFORMAL URBANO DO NORDESTE: O CASO DE SALVADOR, BAHIA*

Clóvis Cavalcanti**

INTRODUÇÃO

Discute-se desde algum tempo o padrão trôpego, para numerosos contingentes humanos do Nordeste, do desenvolvimento que tem acontecido na região, não distinto, vale notar, daquele acusado pelo panorama brasileiro como um todo, qual seja, um progresso em que a criação de emprego é insuficiente, em que desigualdades de renda assumem níveis inquietantes, em que a pobreza absoluta não se vê sitiada. O setor informal — uma faixa da economia moldada por condicionamentos que combinam rusticidade, pequenez e formas imaginosas de produção — aparece precisamente em tal contexto, como expediente que permite a substancial parcela da população urbana nordestina resguardar-se de incertezas econômicas suscitadas pelo assimétrico desenvolvimento verificado, e sobreviver no meio econômico adverso. Por sua vez, não parece

próximo o dia, ao que tudo indica, em que deixarão de fazer sentido os serviços e a produção de bens informais na economia urbana do Nordeste, da qual Salvador é só uma ilustração (cf. Cavalcanti, 1978; Cavalcanti e Duarte, 1980 b). De fato, o elevado número de unidades de produção, ou microempresas, encontradas na região — em Salvador e cidades periféricas de sua região metropolitana contam-se 84,3 mil dessas organizações atualmente (Cavalcanti e Duarte, 1980 a, p. 157) — sugere a existência de uma situação com raízes profundas. Esta constatação é motivo para graves preocupações, preocupações que encontram razões ainda no fato de que não é justo tratar um segmento do sistema econômico, cuja elevada significação sócio-econômica se mostra tão patente, com o desapareço e a perspectiva preconcebida que caracteriza muitas políticas atuais. Vale lembrar aqui o espírito da advertência muito precisa de Inaiá Carvalho (1977, p. 124) formulada a propósito da presença de camelôs no centro da cidade de Salvador e segundo a qual, se isso causa transtornos, “não se pode esquecer que a cidade reflete as contradições e problemas estruturais da sociedade na qual está inserida. Se as consequências desses problemas se refletem negati-

(*) Este trabalho sintetiza os resultados de uma pesquisa ampla referente ao setor informal de Salvador, realizada sob minha direção na Fundação Joaquim Nabuco, com recursos da SUDENE e do Ministério do Trabalho (Cavalcanti e Duarte, 1980a).

(**) Da Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

vamente sobre o centro urbano, paciência; essa é a cidade que, nas condições atuais da sociedade brasileira, podemos ter”

Em Salvador, como no Recife também (Cavalcanti, 1978, p. 119-120 e 124), fica demonstrada a função útil que o setor informal desempenha. Nele encontram meio de vida e possibilidades de inserção na economia urbana muitos indivíduos. Por sua vez, a produção informal é aceita, avaliada favoravelmente pelos consumidores e integrada nas estruturas de consumo por atender a necessidades indiscutíveis da população, parecendo, além do mais, ajustada ao próprio arcabouço cultural, ao estilo de vida e à maneira espontânea de ser dos habitantes da RMS. Sem nenhuma dúvida, apesar de todos os modernismos, de infiltrações e imitações de padrões exóticos, a presença do setor informal em Salvador não entra em colisão com o comportamento e a postura cultural salvadoreense. Ao contrário, dá-se bem com eles de tal modo que o desaparecimento das atividades informais certamente deformaria o perfil humano, social e econômico da capital da Bahia. No curso deste artigo procura-se exatamente dar conteúdo a essas afirmações, com apoio em elementos da pesquisa feita em Salvador em maio e junho de 1978. Na primeira seção aborda-se o problema da população que trabalha no setor informal; na segunda seção caracteriza-se o sistema de micro-unidades de produção; e na terceira cuida-se do mercado consumidor de produtos informais, tudo com respeito à Região Metropolitana de Salvador, abreviadamente RMS⁽¹⁾. Finalmente, uma quarta e última seção desenha traços gerais de uma política para a esfera informal de atividades⁽²⁾.

¹ Compõem a RMS os municípios de Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, S. Francisco do Conde, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz, de cuja população em 1970, segundo o censo demográfico, Salvador entrava com uma proporção de 87,7 por cento. Neste artigo, RMS e Salvador são expressões usadas sinonimamente. A população estimada da RMS em 1980 é de 1.945 mil pessoas.

² A próxima seção baseia-se no levantamento de campo junto a amostra de 731 domicílios (4.252 pessoas) em áreas urbanas de Salvador, de baixa renda, ou seja, áreas nas quais a renda familiar média mais alta corresponde grosseiramente a 6 salários mínimos, na época da pesquisa 869 cruzeiros.

RETRATO DA POPULAÇÃO LIGADA AO SETOR INFORMAL EM SALVADOR

Quanto à composição etária, na data de referência da pesquisa (abril de 1978), a população de baixa renda de Salvador assemelha-se à de toda a RMS em 1970, com uma presença relativamente maior, porém, na primeira (55,7 por cento) do que na segunda (52,2 por cento) dos menores de 20 anos. Aparentemente mais juvenil, a população de baixa renda, por outro lado, registra uma taxa de participação de 36,6 por cento, bastante superior à média baiana de 1970 (30,7 por cento), possivelmente indicativa da presença de exigências para a incorporação de pessoas jovens à força de trabalho. Há, por sua vez, no contingente de indivíduos com ocupação na população de baixa renda de Salvador, 37,6 por cento que se identificam plenamente como trabalhadores informais (autônomo informal, auxiliar não remunerado da família, ambulante e aprendiz — ver Quadro 1), denotando a importância das atividades desprotegidas no contexto da composição do emprego da RMS para as pessoas de menor riqueza. A categoria “empregado” aparece, na verdade, como a principal condição dos trabalhadores de baixa renda (54,2 por cento do emprego), destacando-se no entanto, como condição hegemônica entre a mão-de-obra feminina, a categoria de “autônomo informal” (52,1 por cento). Por meio das respostas dos entrevistados, percebe-se que uma parcela das pessoas que se dizem empregadas pertencem efetivamente ao setor informal. Levando em conta tal qualificação, estima-se, na força de trabalho total de baixa renda de Salvador, uma proporção não inferior a dois quintos (39,8 por cento) de pessoas comprometidas com o setor informal. Esta última grandeza seria a medida que melhor exprime a importância das atividades informais na constituição do emprego do universo social de baixa renda pesquisado, muito embora possa ainda estar subestimada.

Uma constatação relevante da pesquisa é que as mulheres perfazem 51,2 por cento da mão-de-obra informal em Salvador, com volume inferior na mão-de-obra como um todo da população de baixa renda pesquisada (36,6

QUADRO 1
SALVADOR: ESTRUTURA DO EMPREGO DA POPULAÇÃO
DE BAIXA RENDA, POR SEXO – abril 1978

(porcentagens)

Posição na ocupação	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Empregador	1,0	0,4	0,8
Empregado.	54,2	36,4	47,7
Autônomo formal	1,7	1,6	1,7
Autônomo informal.	26,3	52,1	35,7
Auxiliar não remunerado da família	0,6	0,6	0,6
Ambulante.	1,3	—	0,7
Aprendiz	0,9	—	0,6
Funcionário Público.	7,0	4,5	6,1
Aposentado	7,1	4,5	6,1
Total	100,0	100,0	100,0

FONTE: Pesquisa direta do IJNPS.

por cento) e na do Estado da Bahia em 1970 (20,5 por cento). O recurso ao trabalho informal denota, portanto, um caráter de medida de apoio para a constituição da renda familiar, hipótese que se torna mais sólida ao constatar-se que dois terços da mão-de-obra feminina, no grupo entrevistado, ocupam-se em produção terciária, onde o ingresso do autônomo informal se efetiva geralmente com as mais amplas franquias. Dentro da população de baixa renda, relativamente menos jovens figuram na força de trabalho informal do que na PEA formal: na primeira, 30,7 por cento das pessoas possuem menos de 30 anos; na segunda, 42,0 por cento. Isto parece mostrar que o emprego informal não pode ser considerado como estágio de passagem dos trabalhadores para ocupações formais. Na verdade, a média das idades da PEA informal investigada é de 37,9 anos, contra 33,2 anos da PEA da Bahia em 1970. Será, portanto, o setor informal reduto de mão-de-obra menos jovem, também, segundo a pesquisa, de indivíduos com grau de ins-

trução inferior à média, indivíduos esses que mostram uma tendência relativamente alta de não ultrapassagem da educação primária. Observando-se ocupação por ocupação o panorama de treinamento escolar da mão-de-obra objeto de estudo, percebe-se indiscutivelmente menor qualificação dos trabalhadores informais de Salvador defronte à população trabalhadora de baixa renda, resultado que reflete claramente a índole pouco exigente, em matéria de preparação de mão-de-obra, das atividades informais. Nesse tipo de trabalho nota-se também uma presença maciça de migrantes: 57,8 por cento das pessoas, contra 29,1 por cento da população total de Salvador em 1970.

Outra evidência de que o emprego informal não é simples escala provisória do trabalhador em sua trajetória ocupacional reside no fato de que a duração da ocupação, no grupo investigado, revela-se bem maior entre as atividades informais do que entre as de índole mais moderna. Mais da metade da força de trabalho informal está há mais de dez anos realizando

as mesmas lides, mas não chega sequer a um terço a proporção de trabalhadores formais que permanecem há mais de dez anos em um mesmo serviço. Ou seja, presumivelmente a segurança da ocupação formal não se traduz em emprego estável, muito embora não se possa afirmar que o trabalho informal, por ser mais duradouro, corresponda necessariamente à realização de um único ofício, estavelmente, pelo mesmo indivíduo. Em suma, ocupação no setor adiantado não implica estabilidade, e trabalho informal durável não exclui a ocorrência de atividades que se comutam. Basta ver, a propósito, com a ajuda do Quadro 2, qual o elenco de ocupações informais que a população de Salvador desempenha, no qual se destacam, por exemplo, a função de faxineiro, lavadeira, lavador, zelador, a do comércio ambulante; a de costureira e alfaiate; a de pintor, a de biscateiro; a de serviço doméstico remunerado. Vale notar que a última ocupação, compreendendo 10,7 por cento das oportunidades de trabalho feminino, e correspondendo à condição de "empregado" do Quadro 1, não deixa que se manifeste nitidamente seu caráter informal, uma vez que entre os empregados classificam-se igualmente comerciários, operários etc.

Com os dados da pesquisa não se pode fornecer uma reprodução exata do nível econômico dos trabalhadores informais, mas apenas a moldura dessa condição, por meio do cálculo da renda familiar da população pesquisada. A correspondente média das receitas domésticas, a preços de abril de 1978, é de 3.852 cruzeiros, representando 4,4 vezes o salário mínimo da época. Debaxo dessa grandeza esconde-se a proporção de uma em cada vinte famílias que não atinge o teto de um salário mínimo de renda mensal. Por outro lado, o valor mediano da renda familiar mensal correspondente a todo o grupo estudado constitui 60 por cento da cifra referente à cidade de Salvador em sua totalidade (6.370 cruzeiros). Em termos *per capita*, a renda da população ligada ao setor informal (7.968 cruzeiros) equivale a 57 por cento da média da RMS e a 28 por cento da brasileira. Há, por sua vez, 34,2 por cento de pessoas ativas na população pesquisada que ganham até um sa-

lário mínimo por mês, dado expressivo do panorama de pobreza testemunhado entre os indivíduos que estão mais próximos das atividades informais. A última observação é reforçada pela verificação de que chega a quase dois terços a quantidade de trabalhadores que percebem até dois salários mínimos, sintoma nítido da natureza abundante e baratíssima da população que trabalha em ocupações informais, à qual certamente cabe a adjetivação de urbano-marginal.

Em termos de baixas remunerações, o des-nivelamento da mão-de-obra feminina é ainda mais acentuado, haja vista que três quintos desse contingente não alcançam um salário mínimo de rendimento mensal, contra menos de um quinto no caso dos homens. Resultado dessa concentração de mulheres em baixos níveis de remuneração é que a média salarial do sexo feminino, no grupo pesquisado, chega apenas a 971 cruzeiros mensais, ou seja, pouco mais do que o salário mínimo (869 cruzeiros) e 41 por cento dos ganhos médios da força de trabalho masculina (2.353 cruzeiros) e 53 por cento da remuneração de toda a mão-de-obra estudada (1.828 cruzeiros). Na verdade, o quadro de fraqueza econômica acima reproduzido pode ser sintetizado no comentário de que pobreza e trabalho informal caminham juntos como dimensões complementares do mesmo fenômeno. Entretanto, na população de baixa renda 61,4 por cento das receitas familiares têm origem em atividades informais, o que representa uma situação em que o setor formal remunera as pessoas ativas ainda mais modestamente do que o informal³.

3 Durante a pesquisa encontrou-se um carpinteiro que, mesmo com carteira profissional, que ele portava na ocasião da entrevista, trabalhava como ajudante de um fotógrafo de aparência mambembe, carregando para este um cavalinho de madeira — aliás, de boa confecção — para retratos de crianças, tirados de porta em porta. Indagado, o carpinteiro foi taxativo: achava melhor essa ocupação ordinária do que a de seu ofício verdadeiro, porém mal remunerado. O caso acima parece típico de situações que inferiorizam o setor formal.

QUADRO 2

SALVADOR: TIPO DE OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE BAIXA RENDA, POR SEXO – abril 1978

(porcentagem)

Tipo de ocupação	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Costureira, alfaiate etc.	1,4	10,2	4,6
Comércio ambulante	10,2	8,4	9,5
Aposentado	7,0	4,5	6,1
Biscateiro.	2,0	0,5	1,5
Trabalho em Madeira	3,5	0,4	2,4
Agricultor	0,2	—	0,1
Cobrador	0,8	0,5	0,7
Serviços domésticos remunerados.	0,2	10,7	4,0
Profissionais e práticos (a).	1,6	6,5	3,3
Profissional Liberal	0,1	0,2	0,1
Trabalho em fotografia.	0,2	0,2	0,2
Serviços de Copa e Cozinha.	2,2	1,3	1,9
Trabalho em porto.	0,8	0,2	0,6
Operário industrial.	7,0	7,1	7,0
Carregador e entregador	1,6	0,2	1,1
Faxineiro, lavador, lavadeira, zelador.	4,7	29,2	13,7
Mecânico.	7,6	0,4	5,0
Transportador (b)	6,7	0,2	4,3
Comerciário	10,8	3,0	9,7
Pessoal de obras	12,8	0,4	8,2
Pintor	3,1	—	2,0
Sapateiro e afins	1,3	0,2	0,9
Funcionário Público.	11,1	4,7	8,7
Higiene e beleza	0,7	2,9	1,5
Recepcionista, vigia, etc..	1,0	2,0	1,4
Pescador	0,5	—	0,3
Outros.	0,8	0,5	0,7
Imprecisa	0,2	0,7	0,4
Total	100,0	100,0	100,0

NOTAS: (a) Inclui enfermeiro, professor, laboratorista, profissionais de nível médio.

(b) Inclui motoristas de táxi, de ônibus, carroceiro etc.

FONTE: Pesquisa direta do IJNPS

MICROUNIDADE DE PRODUÇÃO⁽⁴⁾

No quadro das microempresas informais de Salvador, o subsetor que se destaca pela maior participação relativa é o das atividades comerciais (40,8 por cento do total de organizações pesquisadas), seguindo-se o subsetor de serviços (27,2 por cento). Uma possível conclusão que se teria da observação desse panorama é que a predominância do comércio decorreria da maior elasticidade que exibido por esse subsetor à entrada de novos agentes. Na verdade, há uma série de fatores que fazem crer nessa suposição — o tamanho da força de trabalho seria um deles, se bem que não decisivo. Nas microunidades de produção informal a absorção de mão-de-obra raramente ultrapassa 4 empregados permanentes, sendo média geral de emprego 2,1 pessoas por estabelecimento, valor correspondente ao do subsetor de comércio. O proprietário e membros de sua família constituem a maior parcela desse contingente (dois terços), fato sugestivo do caráter de informalidade das microorganizações produtoras de Salvador. É raro, por sua vez, o uso da mão-de-obra temporária nas microempresas, apesar de uma informação mais precisa a respeito não ter sido obtida por meio da pesquisa. Sabe-se apenas que menos de um décimo das unidades do subsetor comercial empregam trabalhadores não-fixos; que a proporção no subsetor de serviços é de um quinto; de um terço no de transporte; de mais de um terço no de indústrias; e de pouco mais de um décimo no de construção. As pequenas empresas observadas via de regra pertencem a um único proprietário, sendo rara a ocorrência de participação societária de duas ou mais pessoas. Quando tal coisa sucede, a exceção à regra dá-se, de preferência, no subsetor de indústrias.

⁴ Os dados desta seção procedem da pesquisa de campo que se efetuou junto a 412 unidades produtoras de pequeno porte (máximo de 5 pessoas compondo a mão-de-obra), geralmente de âmbito familiar, rústicas — dentro dos subsetores de comércio, transporte, serviços, indústria e construção. A agricultura não foi contemplada no levantamento, tanto por se estar investigando uma área bastante urbanizada, quanto pela própria imprecisão conceitual da informalidade com respeito às atividades agrícolas.

Um outro indício da natureza informal das microunidades pesquisadas reside no fato de a mão-de-obra que aí se ocupa estar sujeita a horários de trabalho mais elásticos do que a jornada padrão. Já quanto à longevidade das microempresas, não se percebe qualquer rotina determinada pela natureza das funções informais desempenhadas. De fato, em todos os cinco subsetores considerados (comércio, serviços, transportes, indústria e construção) encontram-se organizações recentes, antigas e de meia idade. Onde se evidencia o efeito da informalidade das pequenas firmas é no âmbito de suas instalações, haja vista a elevada proporção de estruturas precárias de funcionamento: 72,6 por cento das microunidades no subsetor de serviços; 62,5 por cento no de comércio; e 55,8 por cento no de indústria, onde a incidência é a menor de todas. É alta também a frequência de imóveis alugados (mais de 40 por cento em todos os casos), sobretudo para operação das unidades de serviços (70,6 por cento). A maioria absoluta (mais de 60 por cento) dos proprietários das microempresas é formada ou de analfabetos ou de indivíduos que só possuem instrução primária. Conta com escolaridade além desse nível, apenas cerca de um terço dos microempresários (24,7 por cento no comércio; 36,6 por cento nos serviços; 29,2 por cento nos transportes; 35,4 por cento na indústria e 20,0 por cento na construção).

Aparentemente, um indicador de informalidade das microunidades de produção seria o seu funcionamento sem maior observância da operação legal do negócio. No grupo pesquisado encontrou-se, ao contrário, uma incidência elevada de unidades produtoras informais (mais de dois terços em todos os subsetores, à exceção do de transportes, onde 41,3 por cento das microfirms não preenchem nenhum requisito de legislação) que satisfazem, se não todas, pelo menos uma ou outra das formalidades que a legislação normalmente exige. Na superfície, pois, a ilegalidade não é um traço marcante das microempresas da capital baiana. Traço marcante é, com certeza, a baixa condição econômica dessas organizações, traduzida, por exemplo, na pobreza dos equipamentos utilizados. A grande maioria das unidades investigadas (72 por cento no caso do comércio;

62 por cento, no serviço; 69 por cento, no de transportes; 50 por cento, no de indústria e 100 por cento, no de construção) tinham, em 1978, um capital imobilizado total (equipamentos e instalações) inferior a 50 mil cruzeiros, cifra inexpressiva diante, por exemplo, do montante médio (186 milhões de cruzeiros, aos preços da mesma ocasião) dos projetos implantados no Nordeste sob a égide do FINOR⁽⁵⁾. Percebe-se daí a distância que separa o setor informal das empresas modernas, e revelam-se também as enormes limitações com que devem contar as unidades produtivas informais. Os pequenos montantes de capital imobilizado em comércio, transportes, construção e serviços fazem supor a existência de facilidades para o ingresso de empresários modestos nas atividades em questão, inclusive porque, conforme revela a pesquisa, a principal fonte de financiamento das microempresas informais encontra-se nas poupanças próprias (mais de 70 por cento em todos os casos). O valor médio do capital investido por trabalhador nos cinco subsetores do estudo ascende a 26,3 mil cruzeiros, média que está em flagrante contraste com a do quociente capital/trabalho encontrado nos projetos industriais aprovados para gozo dos benefícios do mecanismo de incentivos da SUDENE (760 mil cruzeiros no período 1962-1978). A comparação, na realidade, é mais significativa no que tange às indústrias informais, cuja relação investimento por trabalhador se situa em 51 mil cruzeiros. É correta, portanto, a conclusão de que o financiamento para a instalação de microunidades produtivas constitui forma acessível e barata de criação de novas oportunidades de trabalho.

Além de contar basicamente com seus próprios recursos financeiros, o microempresário de Salvador só raramente (um em cada dez) recebe qualquer outro tipo de assistência de órgãos como a UNO, o NAI, o DESEMBANCO etc⁽⁶⁾. Apoio institucional um pouco

maior (10,5 por cento das organizações pesquisadas) ocorre apenas no tocante ao subsector de indústria, com presença muito módica de cada entidade em particular. Esse padrão de assistência tem algo a ver com o faturamento bruto nas microempresas, haja vista que, com exceção das microindústrias, 80 por cento das unidades informais apresentam uma receita bruta semanal abaixo de cinco mil cruzeiros ou seja, menos de 250 mil cruzeiros por ano. Mas a situação dos pequenos produtores secundários não é muito diferente, portanto a metade deles fatura menos de cinco mil cruzeiros semanais. Diante de tais valores, é óbvio que o fluxo de lucros se revela diminuto, não devendo representar atrativo para pequenos investidores que possam dispor de maior volume de recursos. Com efeito, o lucro mensal médio por empresário dos cinco subsectores analisados (4.178 cruzeiros) não passa de 4,8 vezes o salário mínimo, e de 1,8 vez a remuneração média da mão-de-obra masculina ativa de baixa renda pesquisada (2.353 cruzeiros). As microindústrias, que proporcionam os melhores lucros entre as unidades informais da amostra, rendem mensalmente por empresário 7.285 cruzeiros, ou seja, 8,4 vezes o salário mínimo e 74 pontos percentuais acima do lucro mensal médio de todos os microempresários.

Diversificação de fornecedores e utilização ligeiramente maior de fornecedores informais são dois aspectos marcantes das interligações do setor de produção informal de Salvador com o resto da economia. Geralmente, as fontes de abastecimento de insumos (80 por cento dos casos, ou mais) das microempresas encontram-se em mais de um fornecedor, com predominância maior dos informais (46,6 por cento dos casos) sobre os formais (36,9 por cento), entre as organizações de comércio — outra evidência de sua informalidade — registrando-se uma dependência bem mais acentuada de abastecedores informais (54,5 por cento, contra 31,2 por cento dos formais). A indústria, por sua parte, aparece mais ligada ao setor moderno, onde estão 48,0 por cento de suas fontes supridoras de insumos, em oposição a 27,0 por cento de fontes no setor não organizado. Basicamente, a produção in-

5 Sistema de incentivos fiscais executado sob a égide da SUDENE.

6 A UNO (União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações) é uma entidade particular. O NAI (Núcleo de Assistência Industrial) pertence ao Governo do Estado, assim como o DESEMBANCO (Banco de Desenvolvimento da Bahia).

formal de Salvador destina-se a clientes domiciliares, a famílias (89,3 por cento da freguesia). Exceção a esse resultado é só o caso da construção, cujos serviços se dividem, exatamente, entre domicílios e empresas (formais e informais). O subsetor de transportes conta com alguma freguesia entre empresas (24,3 por cento dos clientes), mas já os comerciantes informais atendem unicamente a famílias ou pessoas. Corolário dessa constatação geral é que se pode entrever razoável atomização do mercado para a produção informal, com um panorama onde prevalecerão regras bastante aparentadas às da concorrência perfeita. Por outra parte, formam no mesmo mercado, do lado da demanda, segundo a informação das microunidades de produção prestadas durante a pesquisa, consumidores de diferentes classes sociais, com prevalência dos clientes pobres, de modo conspícuo, apenas entre as microunidades de comércio (69 por cento dos casos), as quais não atenderiam consumidores ricos, segundo ainda os dados do levantamento. Aparentemente, os bens produzidos pelas microempresas industriais não viriam a satisfazer também as exigências de fregueses mais abastados uma vez que a presença dos últimos não é manifestada pelas indicações que as microindústrias forneceram na pesquisa sobre sua freguesia. Residiria nos serviços o exemplo de atividade que, atendendo ao leque mais variado de categorias de clientes, melhor espelha a segmentação do mercado em uma cidade de região subdesenvolvida. Estariam aí, a propósito, e na indústria e construção, as áreas mais promissoras das atividades informais, onde, segundo os informantes da pesquisa, o futuro é menos incerto. De fato, 27,0 por cento das microunidades de serviços entrevistadas, 27,1 por cento das de indústrias e 34,5 por cento das de construção opinam por perspectivas seguras dos respectivos negócios, em contraste com 21,0 por cento de organizações do comércio e 18,9 por cento dos transportes que assim se expressaram. De modo geral, porém, o exame do caso de Salvador parece dar razão à crença em um futuro não ameaçador para as microunidades de produção, as quais deverão, sem dúvida, continuar a proliferar durante bastante tempo.

CONSUMIDORES E CONSUMO DE PRODUTOS INFORMAIS⁽⁷⁾

De acordo com a própria informação fornecida pelos microprodutores de Salvador, seu mercado de consumo congrega diferentes estratos sociais de famílias, além de empresas (formais e informais) ou, mais precisamente, consumidores institucionais — estes em menor número (10,7 por cento da clientela). Atenção maior sobre as unidades domésticas de consumo — que são, evidentemente, a base da demanda de bens e serviços informais — foi enfocada pela pesquisa, manifestando-se a ocorrência de possíveis mudanças na composição do efetivo populacional da RMS entre 1970 e 1978, com uma tendência aparente de envelhecimento médio do efetivo humano em questão. Outrossim, a população de baixa renda de Salvador, examinada na primeira seção deste trabalho, seria mais jovem no seu todo do que a do conjunto da capital baiana por ela integrada. Uma presença de força de trabalho (PEA) na população global de Salvador da ordem de 36,7 por cento é outro registro da pesquisa, merecendo alusão o fato de essa grandeza equivaler à da taxa de participação da população de baixa renda da cidade (36,6 por cento). A proporção de desempregados, por sua vez, representa 3,7 por cento da população economicamente ativa de Salvador, estimando-se em 17 por cento da mão-de-obra a proporção de pessoas subempregadas (jornada de trabalho de menos de 8 horas), o que significa mais de um quinto da PEA em estado de subutilização (desemprego mais subemprego), ou seja, cerca de 148 mil pessoas em idade de trabalhar na RMS em 1980.

Os autônomos informais (ver Quadro 3) constituem 22,6 por cento da PEA total de

⁷ A base desta seção é formada pelo levantamento de dados que se procedeu junto a 594 domicílios — de um total previsto na amostra de 1.000 famílias — de Salvador, cobrindo todos os setores da cidade. Problemas surgidos durante o trabalho de campo impediram cobertura total da amostra desejada. Todavia, teve-se o cuidado de procurar atingir as diversas zonas urbanas de Salvador, a fim de minimizar a incidência de tendenciosidades nos resultados. Além da pesquisa domiciliar, um levantamento de informações foi realizado entre 244 consumidores institucionais.

Salvador — isto é, 161 mil trabalhadores. Acrescentando-se a esse número a magnitude de força de trabalho informal dos auxiliares não remunerados das famílias (2,2 por cento da PEA, segundo o Quadro 3, ou 16 mil pessoas na RMS em 1980), existiriam assim 177 mil trabalhadores informais na Re-

gião Metropolitana de Salvador em 1980, cifra que perfaz um quarto (24,8 por cento) do contingente total de mão-de-obra aí vivendo. Essa constatação dá bem uma medida do peso das atividades informais como fonte de subsistência da população, podendo inclusive estar subestimada.

QUADRO 3

SALVADOR: POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE OCUPADAS, POR SEXO — abril 1978

(porcentagens)

Posição na Ocupação Principal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Empregador	0,5	0,9	0,7
Empregado	56,9	41,3	51,1
Autônomo formal	2,8	2,0	2,5
Autônomo informal	19,7	27,6	22,6
Auxiliar de família não remunerado	—	5,8	2,2
Funcionário público	8,6	9,9	9,1
Aposentado	11,5	12,5	11,9
Total	100,0	100,0	100,0

FONTE: Pesquisa direta do IJNPS

Quantificou-se em 6.370 cruzeiros a renda média familiar mensal de Salvador em abril de 1978, valor que corresponde a 7,3 vezes o salário mínimo da mesma ocasião; a variável em apreço estima-se em 18.437 cruzeiros. Transpondo os dados para valores *per capita*, obtém-se uma renda anual por pessoa na RMS, em abril de 1978, de 13.853 cruzeiros, não superior à metade da magnitude assumida pelo patrimônio nacional (28.338 cruzeiros, segundo o Banco Mundial). O resultado estabelecido, se não chega a classificar o habitante médio de Salvador como pobre urbano, não deixa de mostrar a prevalência de baixo padrão de vida na capital da Bahia, dentro da qual convivem famílias que desfrutam de alívio econômico, do mesmo modo que pessoas como as do grupo de baixa renda, cujas receitas familiares (3.852 cruzeiros por mês) não passam

de 60 por cento da média salvadoreense, situando-as, pois, nos limites da pobreza. Basta citar, a propósito, que 3,8 por cento das famílias de Salvador, envolvendo um contingente de 45 mil pessoas em 1980, viveriam com uma renda doméstica inferior ao salário mínimo.

Na verdade, o que a pesquisa também constatou foi a ocorrência de desproporcionada distribuição do poder aquisitivo entre as famílias da RMS, uma conclusão que nada tem de original em termos do contexto brasileiro.

Fato igualmente constatado — esse de maior relevo — é a indiscutível existência de mercado consumidor para os serviços produzidos pelo setor informal, registrando-se crescimento da incidência do consumo dos mesmos serviços — seja quanto ao número de domicílios, seja quanto ao valor da despesa — diante da renda familiar. A propensão média a com-

prar tais itens, cujo rol se exhibe no Quadro 4, atinge um valor no estrato de maior renda familiar (7,3 por cento) que é superior à média da relação despesa no setor informal/renda de todas as famílias de Salvador (6,6 por cento). Segmento vivo do sistema econômico, o bloco de atividades informais da capital da Bahia tes-

temunha um dispêndio anual dos consumidores domésticos locais, somente com a rubrica serviços, da ordem de 5.147 milhões de cruzeiros, a preços de março de 1978. Dentre tais serviços, conserto de televisão, construção e obras, e asseio pessoal acumulariam o foco principal, aparecendo, na totalidade, uma ten-

QUADRO 4

SALVADOR: FREQUÊNCIA RELATIVA DOS DOMICÍLIOS QUE CONSOMEM SERVIÇOS INFORMAIS POR RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO, POR TIPO DE SERVIÇO — abril 1978
(porcentagens do número de domicílios informantes)

Tipos de serviços informais	Responsável pelo serviço				Total
	Setor formal	Setor informal	Um e outro	Membro do domicílio	
Amoladura de tesoura	—	100,0	—	—	100,0
Construção e obras	4,9	80,5	—	14,6	100,0
Carpintaria	—	100,0	—	—	100,0
Conservação de jardim	—	100,0	—	—	100,0
Conserto de televisão	34,8	63,8	—	1,4	100,0
Conserto de carro	35,0	60,0	5,0	—	100,0
Conserto de sapato	5,9	88,2	—	5,9	100,0
Conserto de rádio e radiola	39,1	56,5	4,3	—	100,0
Conserto de encanação	—	100,0	—	—	100,0
Eletricidade	20,0	60,0	—	20,0	100,0
Desobstrução de esgotos e pias	—	85,7	—	14,3	100,0
Funilaria	—	100,0	—	—	100,0
Faxina	—	100,0	—	—	100,0
Pintura	—	50,0	—	50,0	100,0
Serviços de asseio pessoal	15,2	72,7	—	12,1	100,0
Outros	20,0	80,0	—	—	100,0

FONTE: Pesquisa direta do IJNPS

dência de consumo de serviços relacionados particularmente com conserto, manutenção e reparo de itens domiciliares, seja do nível, seja do patrimônio aí existente. Essa demanda, por sua vez, mostra-se sensível à renda, convindo notar que, se os consumidores mais pobres não revelam maior incidência de aquisição de serviços informais, isto atribui-se a impedimentos decorrentes de seu baixo poder aqui-

sitivo, estando também influenciado pela própria singeleza do patrimônio de tais consumidores. A utilização do setor formal para obtenção de serviços que o setor informal pode prestar, de sua parte, revela pouca significação (ver Quadro 4), explicando-se essa tendência de comportamento em termos das próprias preferências reveladas pelos consumidores na pesquisa. De fato, é excepcional a pre-

terição de produtores informais diante do segmento moderno da economia, e a escala de gostos assim definida justifica-se, segundo os informantes, por conta de considerar-se o serviço informal mais eficiente, mais seguro e mais confiável. A avaliação dos consumidores, obtida por meio da pesquisa, mostra uma incidência nunca inferior a dois terços de opiniões que apontam o serviço informal como ótimo e bom, as alternativas de avaliação regular e ruim aparecendo somente em um terço das vezes. No tocante ao consumo de bens, não foi possível obter retrato quantitativo análogo. Ficou, entretanto, comprovada certa preferência dos consumidores pelo setor informal quanto à demanda de itens do consumo alimentar, de bebidas, de calçado, de confecções e de móveis. Os consumidores salvadorenses ainda demonstram predileção pela compra de frutas, verduras e tubérculos em vendedores informais, sobretudo feirantes. Produtos como peixe, carne, galinha, ovos e leite, porém, são adquiridos majoritariamente na rede de estabelecimentos organizados. Fatores que interferem nessa escolha são, conforme ficou apurado, qualidade de acesso ou economia de tempo, e preço.

Em contraste com a expectativa (Carvalho, 1976, pp.81-82), encontrou-se uma frequência muito reduzida de empregados domésticos — mão-de-obra tipicamente informal — por residência em Salvador: média de 0,21 serviços por domicílio, isto é, dez empregados por cada 47 famílias, quando, no Recife, a proporção é de dez empregados por cada 18 famílias (Cavalcanti, 1978, p. 99). O ganho médio de um auxiliar doméstico (285 cruzeiros por mês, em Salvador), representa 33 por cento do salário mínimo, cifra, aliás, equivalente à que se obteve no Recife (32 por cento) (cf. Cavalcanti, 1978, p. 106). Talvez o número médio de empregados domésticos por moradia, encontrado na capital baiana, deva ser interpretado como um limite inferior da grandeza real, dada a maneira como se assemelham, em certos aspectos, os casos da capital da Bahia e do Recife. À base da informação colhida, inclusive, ter-se-ia um efetivo de 77 mil empregados domésticos na RMS em 1980, contingente que está possivelmente subestimado, uma vez que a pesquisa junto à população de

baixa renda permite avaliar em 63 mil o total de pessoas em serviços domésticos remunerados que não residem com os patrões, sobrando dessa maneira 14 mil trabalhadores domiciliares que viveriam com as famílias empregadoras (367 mil, em 1980), uma perceptível subestimação. A presença de empregados só é encontrada em residências cuja renda familiar esteja acima de dois salários mínimos; todavia, é apenas depois de quatro salários mínimos que tal presença adquire relevo verdadeiro. Um em cada oito domésticos possui carteira assinada, o cumprimento desse requisito só sendo registrado nas famílias de maior poder aquisitivo. A categoria de serviços com maior quinhão na força de trabalho doméstico (52,8 por cento dos empregados) é a das lavadeiras, onde um empregado apenas em cada 13 dispõe de contrato registrado na carteira de trabalho. Na verdade, pode-se classificar de marginal a posição detida pela mão-de-obra doméstica no mercado de emprego, uma vez que, mesmo no caso de carteira assinada, são mínimos, como se sabe, os direitos de que goza essa massa trabalhadora. Situação de abundância de oferta de trabalho é o que explica a marginalidade do emprego doméstico, com o qual, de qualquer maneira, realiza-se uma despesa anual de 762 milhões de cruzeiros, a preços de março de 1980, equivalente a um por cento da renda interna da RMS.

No que diz respeito à demanda institucional de bens e serviços informais, o que se patenteia é uma relativa importância do setor informal na prestação de determinados serviços (pintura, conserto de encanamento, conserto de eletricidade, obras, reparo de equipamentos, carpintaria, conservação de veículos). Predominam aí os gastos com essa fonte de fornecimento *vis-à-vis* das modernas organizações. Por mais frágil que sejam os resultados do levantamento, uma coisa parece certa: o papel não marginal que cabe às atividades informais, com respeito às quais as instituições consumidoras manifestam claras preferências. Não tendo sido possível avaliar o valor global do dispêndio institucional com os produtos informais, calcula-se que pelo menos 9 por cento da renda global de Salvador seja destinada à compra desses bens e serviços por parte dos consumidores domésticos. A cifra apre-

sentada aqui se estriba na proporção de gastos com serviços da parte das famílias (6,6 por cento da renda), na fração de renda paga a empregados caseiros (1,0 por cento) e na suposição de que se gaste quantia não inferior a 1,0 por cento dos ingressos familiares com bens informais. Não seria extemporâneo presumir, contudo, um dispêndio de 10,0 por cento da renda global, especialmente se se leva em conta a pressão do consumo institucional, que representaria 10,7 por cento da freguesia das microunidades de produção pesquisadas. A proporção de 10,0 por cento da renda interna da RMS, em 1980, equivale à quantia de 7,8 bilhões de cruzeiros, a preços de março. Essa grandeza possui um significado cuja razão de ser não deve ser buscada em referências exclusivamente econômicas.

POLÍTICA PARA O SETOR INFORMAL: O QUE SE DEVE FAZER?

Uma iniciativa ampla que vise a prover assistência ao setor informal — quer seja ele o de Salvador, quer o de qualquer outra cidade nordestina — tem de mirar tríplice objetivo. Em primeiro lugar, cumpre não causar transtornos à capacidade de geração de empregos das atividades informais. De fato, seria irônico, e também uma estupidez, que o apoio a microempresas trouxesse como resultado uma destruição líquida de empregos⁸. Em segundo lugar, a intervenção não deve ficar distante dos desejos, aspirações e perspectivas da população que labuta nas atividades informais. Para isso, é indispensável que se tomem providências capazes de levar a um mapeamento de tais desejos, aspirações e perspectivas, tarefa que pode ter como ponto de partida as pesquisas das quais a de Salvador faz parte, dando-lhes assim continuidade prática. Finalmente, é preciso ter em vista que os consumidores de produtos informais ligam-se ao setor que os fornece por razões que penetram fortemente

nas escalas de preferências da população. Essas escalas são condicionadas em parte por valores extra-econômicos, que não podem ser descartados no cálculo da política. Afinal, os consumidores sabem o que querem, e é na direção de seu bem-estar que a produção se orienta.

Outra consideração a ser feita diz respeito às amplas dimensões do universo informal salvadoreense. Segundo as conclusões da pesquisa, existindo uma força de trabalho ocupada no setor, em toda a RMS, de 177 mil pessoas em 1980, pode-se calcular em 84,3 mil o número de microunidades de produção na mesma área em 1980, uma vez que se estimou o tamanho médio de cada organização em 2,1 trabalhadores. Ora, a simples menção dessas grandezas é suficiente para se perceber a amplitude dos problemas concretos que uma iniciativa de política deve enfrentar. Como conseqüência, programas de ação devem governar-se por simplicidade de metas e um mínimo de interferência no equilíbrio alcançado pelas microunidades produtoras. Pensar, por exemplo, em expansão na escala dos negócios, além de significar uma tentativa de formalização do setor informal, contém o risco de levar àquilo que Luís Arturo Fuenzalida (1978, p. 8) adequadamente denomina de *armadilha de mercado* e exemplifica com o caso da fabricação de berimbaus. Um apoio desusado aos microprodutores desse instrumento de percussão, inundando provavelmente o mercado com o artigo, forçaria uma redução de preço do bem que poderia levar a renda dos fabricantes a se anular. Situação dessa ordem, evidentemente que não deve ser estimulada.

O fato de contrastar-se a condição protegida do setor formal, com seu enorme aparato de medidas assistenciais — que incluem isenções de impostos, suporte de serviços básicos, linhas de crédito facilitado, protecionismo alfandegário, assistência técnica etc. —, com a realidade de abandono, e até perseguição e regressão, das atividades informais (cf. Friedman e Sullivan, 1974), não deve ser motivo para se pensar em transferir para estas últimas proteção similar. O problema, com efeito, não é fazer justiça por esse meio impróprio, ineficiente, responsável por distorções, maus hábitos e debilidades que se institucionalizam, e

8 Deve ser dito que uma cláusula como esta não é sem sentido. No Nordeste, a irrigação que tem sido promovida em áreas rurais atrasadas destrói mais do que cria empregos (cf. Hall, 1976 pp. 111 et *segs.*).

sim evitar que o setor informal seja encarado como furunculose da economia, como presença que incomoda. Dessa maneira, aliviar a pressão fiscalizadora, eliminar medidas de repressão e de modernização à força, constituem providências de custo zero que o Governo deve tomar para garantir existência natural às microempresas. Em seguida, absorvendo e pro-

cessando de maneira devida as sugestões que a população ligada ao setor propuser, compete ao Governo levá-lo a transformar-se segundo o padrão espontâneo, simples, autêntico que a evolução das atividades informais tem apresentado ao longo do tempo, reforçando sobretudo sua capacidade de criar emprego com baixa inversão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Inaiá. *Problemas de Emprego em Áreas Urbanas da Bahia*. Salvador, Centro de Recursos Humanos, Universidade Federal da Bahia, 1976.

———. *Atividades Informais*. Governo do Estado da Bahia e Prefeitura da Cidade de Salvador, 1º Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador, Salvador, 1977.

CAVALCANTI, Clóvis. *Viabilidade do Setor Informal: A Demanda de Pequenos Serviços no Grande Recife*, IJNPS-SUDENE, 1978.

CAVALCANTI, Clóvis e DUARTE, Renato. *O Setor Informal de Salvador: Dimensões, Natureza, Significação*. Recife, FUNDAJ-SUDENE-Ministério do Trabalho, Xerox, 1980a.

———. *À Procura de Espaço na Economia Urbana: O Setor Informal de Fortaleza*. Recife, FUNDAJ-SUDENE-Ministério do Trabalho, Xerox, 1980b.

FRIEDMAN, John e SULLIVAN, Flora. The Absorption of Labor in the Urban Economy: The Case of Developing Countries. *Economic Development and Cultural Change*, 22: 385-413, 1974.

FUENZALIDA, Luís Arturo. *Comentários ao ensaio do Dr. Clóvis Cavalcanti*. Paper apresentado no Seminário sobre Pobreza Urbana. Recife, Mestrado de Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 5 de dezembro, 1978.